

- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -

Aos vinte um dia do mês de outubro de dois mil e quinze, nas instalações do Grupo Desportivo e Recreativo de Palhais, Largo da Liberdade, 4, Palhais, União de freguesias de Palhais e Coina, Concelho do Barreiro, teve início pelas dezassete horas e cinquenta minutos, uma reunião ordinária pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Carlos Humberto Palácios de Carvalho, estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sofia Amaro Martins, Regina Célia Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Bruno Jorge Viegas Vitorino, Luis Filipe Pimenta Ferreira, Marcelo Correia de Sousa Moniz e Dino Miguel Vilelas Soares.

A senhora vereadora **Joana Rita Falua Branco**, por motivos pessoais foi substituída pelo vereador Dino Miguel Vilelas Soares.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

O senhor Presidente agradeceu ao G.D.R. de Palhais a amabilidade na cedência das instalações.

O senhor Presidente referiu a apresentação no período antes da ordem do dia, de 2 documentos (uma saudação e uma tomada de posição), a serem discutidos no fim deste.

Passando de seguida a palavra aos senhores vereadores, que nos termos do disposto no art.º 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro deram início ao período antes da ordem do dia.

Vereador Luís Ferreira - Sobre o Terminal de contentores, encaram com expectativa a concretização do projeto e continuam inteiramente disponíveis para colaborarem no que lhes venha a ser solicitado.

Entendem que esta questão importante para o concelho, não deve ser utilizada como arma de arremesso político ou de chicana partidária.

Parece-lhes nesta altura importante aprofundar alguns assuntos e questionarem o senhor Presidente, se existem do ponto de vista daquilo que tem sido as manifestações de interesse público, por parte de possíveis investidores, consórcios a contactar diretamente a autarquia.

Questiona se já existem mais alguns dados que lhes possam ser transmitidos, relativamente àquilo que é a transferência de postos de trabalho. Se há mais alguns dados sobre a questão das acessibilidades, porque do que sabem sobre o estudo do pré-impacto ambiental, estava assegurada a ligação ao Montijo. Mas têm consciência que para o concelho é muito importante assegurar a outra ligação ao Seixal.

Outra matéria que pensam que devem de começar a consensualizar posições é sobre o período da concessão, relativamente à utilização daquele território.

Na sua opinião esta discussão deve ser alargada à comunidade Barreirense, através da promoção de um referendo de âmbito local.

Sobre a revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho, processo que se arrasta há mais de uma década e que é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da cidade, gostaria de saber, se nesta altura já se consegue avançar com algum dado sobre a apresentação de uma primeira proposta.

Em relação ao acionamento das garantias bancárias das cordoarias e da Verderena, processo que se arrasta há vários anos e que causa muitos incómodos aos Barreirenses, quer saber o ponto de situação, a data prevista para o início e possível conclusão das obras.

Sobre o celebre investimento que foi anunciado em 2013 para Palhas, saber se há mais dados sobre o processo e obter esclarecimentos quanto à sua integração naquele território e quantos postos de trabalho serão criados.

Quanto à segurança do espaço público, acerca de um mês caiu uma fachada de azulejo, num prédio da Rua da Bandeira. Perceber o que aconteceu e em que medida a Proteção Civil está a acompanhar a situação.

Foi aprovada em sessão de câmara datada de junho de 2014, uma proposta de constituição de uma plataforma pública de empresas locais, que tinha um prazo de 180 dias de implementação, quer tentar saber o estado em que se encontra este projeto.

Vereadora Regina Janeiro – Aproveita a presença do Presidente do G.D.R. de Palhais, para agradecer a disponibilidade na cedência do salão para hoje de manhã, ouvirem com os alunos do primeiro ciclo as 4 estações de Vivaldi.

O mês de Outubro, é um mês de muita atividade e faz referência a algumas delas.

A Quinzena da Educação encerra na próxima sexta-feira. Foram quinze dias com muita atividade e realça que receberam cerca de mil crianças no “espaço memória” e cerca de quinhentas na “ADAO”.

No dia mundial da alimentação distribuíram cabazes de fruta para apelar a uma alimentação saudável e à importância da fruta na alimentação dada nas escolas do Concelho.

No âmbito do mês da música e que se cruza com a educação, realça os concertos pedagógicos. Tiveram 41 ações educativas e 14 projetos dirigidos às escolas, onde envolveram cerca de 300 crianças.

Na “Cidade e a Musica”, refere o que ainda falta e dá uma justificação para que não se tenha podido realizar outro concerto com a Ana Moura no AMAC. Passadas 24 horas da bilheteira aberta, os bilhetes para o concerto estavam esgotados, mas a Ana Moura tinha a agenda cheia o que invalidou a realização de outro concerto.

No próximo sábado pelas quinze horas, realiza-se a “Maratona da Musica” na Associação de Desenvolvimento das Artes e Ofício, onde participam todos os protocolados com a Câmara na área da música.

No dia 25 de outubro é a atuação das “Mordornas” e de um coro convidado na SFAL e em simultâneo a CORUTIB e a Tuna UTIB no Centro Sócio Cultural do Bairro da Liberdade.

No dia 30 de outubro realiza-se o ultimo concerto de Órgão na Igreja Nossa Senhora do Rosário e encerram no dia 31 de outubro com o “B Fachada” no AMAC.

Convida para a abertura da ExpoSénior, que será de 26 a 31 de Outubro, envolvendo todas as entidades que com a terceira idade trabalham, desde as juntas de freguesia às IPSS e a outras entidades que estarão presentes.

Para finalizar faz referência a Bruno Vieira do Amaral que recebeu o prémio Literário José Saramago. O Bruno nasceu no Barreiro em 1978, cresceu no Vale da Amoreira e estudou na Escola Secundária dos Casquilhos. Fez o lançamento deste livro “As primeiras coisas” na Biblioteca Municipal do Barreiro em 2013 e na sua intervenção referiu a importância das Bibliotecas Públicas para o nosso crescimento enquanto pessoas.

Vereador Rui Lobo – Refere-se à intervenção do Vereador Luís Ferreira onde diz “que a questão do Terminal de Contentores não deve ser uma arma de arremesso político” e termina a sua intervenção com um apelo a um “referendo público”. É preciso terem de facto muito bom senso sobre a forma como a informação e os elementos importantes ao desenvolvimento e à estruturação do Concelho são colocados e em que momentos. A lucidez é imprescindível num processo deste tipo, independentemente de estarem, ou não de acordo.

Quando se perceber, quando todos conhecerem, quando se tornar mais nítido, aí poderão discutir.

Há câmara não chegou nenhuma manifestação de interesse específica. Tem conhecimento de um grupo económico da América Latina, de ter contactado o Porto de Lisboa no sentido de questionarem informações.

Em relação aos postos de trabalho, há um estudo que está a ser feito pelo Professor Augusto Mateus. O professor já esteve numa iniciativa organizada pela Câmara do Barreiro, pela APL e Baía do Tejo, no sentido de procurar que a informação seja a mais partilhada possível. Há uma efetiva procura de participação e de troca de informações com as pessoas.

Nas questões das acessibilidades, tem a Plataforma Multimodal e o que estão a discutir é mais do que um porto de terminal de contentores, é uma cadeia logística com um impacto significativo no território da antiga CUF.

Este projeto candidatou-se a fundos comunitários e tem o nome de “projeto via Lisboa”. No âmbito deste projeto, há um conjunto de entidades que passaram a reunir mensalmente para acompanhar e a câmara do Barreiro está envolvida. Fizeram à cerca de duas semanas a primeira reunião. Continuam a pugnar pelo interesse de um atravessamento para o Seixal, há aqui claramente uma valência económica, sobretudo da relação entre a atividade portuária do Barreiro com a atividade portuária do Seixal. Outra coisa é o atravessamento para o montijo que não está no mesmo âmbito do quadro das questões portuárias que estão em cima da mesa.

O que já está adjudicada é o estudo de impacto ambiental e o estudo prévio do Terminal de Contentores. Todo este procedimento demora cerca de um ano e no decurso desse ano, devem de obter informações para que do ponto de vista técnico e político possam ir aprofundando.

Há um concurso da Ordem dos Arquitetos, para que hajam propostas de estudo de integração de todas estas obras do terminal e da componente logística com os impactos que tem na cidade.

O tempo de concessão, num terminal deste género e que será concessionado por volta do ano 2020, onde não saberão qual o regime de competências que vigorará nessa altura. Se o discutissem hoje, não caberia à autarquia a concessão associada a esta área. Quanto muito poderiam conversar e procurar influenciar. Mas esta matéria é da competência da Administração Central.

No investimento em Palhais já tem havido movimentações de terras, hoje foram ao terreno e já viram que há uma manifesta alteração da obra.

Sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal, estão há nove meses à espera que a ATA lhes dê um parecer sobre a proposta de “Rede Ecológica Nacional para a Autarquia”. Sem esta peça o processo não consegue avançar, porque é uma peça básica. Estão a fazer a pressão possível no quadro político mas é muito difícil trabalhar neste tipo de registo.

A fachada que caiu num edifício da rua da Bandeira, foi uma cobertura em azulejo, muito usada na década de oitenta. Foi notificado o prédio para que rapidamente executassem as obras.

A garantia bancária das Cordoarias foi acionada e foi a reunião de câmara. Quanto á da Verderena estão em conversas de detalhe com o Banco.

Vereadora Sofia Martins – Em relação às Cordoarias o acionamento das garantias já foi feito há algum tempo. Fizeram o lançamento do concurso no decorrer deste ano e neste momento está na fase de abertura das propostas para que possam emitir o parecer/relatório da decisão de adjudicação. Se tudo correr bem, devem de ter condições de até ao final do ano poderem fazer a consignação da obra.

Vereador Luís Ferreira – A questão do referendo sobre o terminal de contentores, não é uma arma de arremesso política. Estamos a criar em termos de cidade um espaço de consenso entre todos e com os dados que tem disponíveis até à data e que são dados positivos de criarem expectativas de que este projeto e este investimento seja um elemento importante para inverter o ciclo de declínio do concelho.

Quando falam de um referendo local é após os devidos esclarecimentos aos barreirenses, em que os debates devem de ser o mais alargado e o mais participado possível. Porque é uma parte importante do território e tem que se envolver e dar a palavra aos barreirenses. Estão a refletir sobre um elemento estruturante daquilo que é a democracia participativa e que lhes dá a todos um maior conforto, porque há pessoas no Barreiro que em relação ao projeto do terminal de contentores não tem uma opinião unanime, pelo que se vai apercebendo do que vai conversando com eles.

Sobre a concessão a autarquia neste processo tem um papel importante, não se pode demitir do que são as suas funções. Isto é completamente distinto do ponto de vista daquilo que é o território, mesmo que a decisão lhes seja desfavorável. Se querem que aquele território que é parte integrante do concelho, seja concessionado para 100 anos como plataforma intermodal ou então que tenha um tempo de concessão mais curto que lhes permita perspetivar um tipo de utilização para essa área.

É importante obterem uma síntese que seja favorável ao interesse dos investidores mas que também proteja os interesses do concelho.

Vereador Bruno Vitorino – Estrada Nacional 510 no que diz respeito ao acesso às casas e à via pública, continua a ser um caos. Solicita se a câmara tem prevista alguma intervenção na zona que vai da Fonte do Feto à Penalva. Com as primeiras chuvas, como não tem escoamento de águas e não tem um passeio, obriga a que as pessoas andem na via pública, o que se torna um perigo. Há soluções do tipo da que ligou Covas de Coia a Coia, que podiam minimizar estes problemas, pelo menos a questão da segurança ficava acautelada.

Na quinta do torrão, colo0ca uma questão que tem que ver com a ligação da zona das moradias à parte Norte em direção à zona industrial. No acesso à estrada quer saber se há alguma coisa

prevista, alguma solução estudada com as estradas de Portugal, para minimizar aqueles problemas de segurança e ainda no acesso às paragens, existe uma passadeira mas que por falta de visibilidade e por não haver redutores de velocidade, não é o suficiente.

Faz um breve comentário em relação às questões dos contentores, para dizer que percebe as preocupações dos Vereadores do Partido Socialista, mas acrescenta que também foi o Partido Socialista que pôs no seu programa eleitoral que queria reequacionar este processo.

Vereadora Sofia Martins –O vereador Bruno Vitorino reconhece que o problema da EN 510, é muito mais complexo por ser uma zona de área urbana de génese ilegal e que não têm os planos de reconversão resolvidos. Como foram resolvidos entretanto na EN 5190 na zona da Quinta dos Amassadores.

Quando há quinta do torrão, estão a falar de um caminho de terra batida que foi desbravado, para tentar facilitar a passagem pedonal entre a Quinta do torrão e o alto do romão, onde se encontra um hipermercado, mas entretanto tem havido algumas reivindicações por parte de alguns moradores para que essa via passe a rodoviária e da parte de outros que continuo a ser pedonal.

Tem uma reunião marcada para esse local coma a população.

Vereador Luís Ferreira – Esclarece que a posição do secretário-geral do Partido Socialista sobre a matéria do Terminal de contentores, é muito clara. Ainda na posição de presidente da câmara de Lisboa deslocou-se ao Barreiro para assinar um protocolo tripartido entre a Administração do Porto de Lisboa, a Câmara de Lisboa e a Câmara do Barreiro, onde se previa a transferência do terminal de contentores de Santa Apolonia para o Barreiro.

Presidente – Reafirma que o Terminal de Contentores é um projeto estruturante que pode alterar significativamente e ajudar a ultrapassar os condicionalismos principais do Concelho do Barreiro.

Por um lado, as questões do emprego e do desenvolvimento económico e por outro as questões ligadas às acessibilidades.

É um projeto de complexidade técnica e do ponto de vista financeiro, muito exigente. Existe gente profundamente empenhada em o concretizar, mas também desperta interesses em sentido contrário.

É preciso um acompanhamento muito em cima, muito sereno, mas muito persistente, combativo e clarificante. Para isso precisam de ter no concelho uma posição mais firme, se possível única ou pelo menos uma voz claramente maioritária no sentido da defesa deste projeto.

O projeto insere-se num projeto mais vasto da viabilidade do Tejo “Via Lisboa” e que foi considerado em Bruxelas, quase um projeto exemplar, muito bem classificado, muito apoiado. Estão a desenvolver-se as várias fases de estudos económicos, de impacto ambiental e de acessibilidades, e que o Barreiro as acompanha a par e passo, a intervir e a influenciar.

Quanto às acessibilidades, não conseguiram até agora que a ligação ao Seixal, seja parte integrante destes projetos. Mas não é esta a sua opinião porque acha que deveria de estar e nesse sentido vai continuar a tentar influenciar pelos interesses do Barreiro.

Em relação à ligação para o Montijo diz ser necessário continuar a acompanhar, na eventualidade de ela vir a existir da parte da autarquia do Barreiro já está estudada a sua ligação e respetiva entrada no concelho.

Sobre o período de concessão, explica que nunca ouviu em nenhuma reunião de carácter formal, falarem num período de 100 anos. Naturalmente que o papel será o de influenciar e que o que querem é o menor prazo possível. É preciso haver um equilíbrio entre o mínimo prazo possível e o prazo para que este investimento seja sustentável.

No que diz respeito à revisão do Plano Diretor Municipal e em complemento do que foi dito pelo Vereador Rui Lobo, acrescenta que ele próprio tem feito várias intervenções em conversas com o Presidente da CCCR, para que se resolva este problema e poderem dar-se os passos subsequentes.

A plataforma pública de empresas locais está inserida num plano mais global, sobre a atividade económica do concelho, no qual estão a trabalhar.

De seguida e após as intervenções, passou-se à discussão dos seguintes documentos, que após apresentação dos mesmos, foi por todos os presentes manifestado o seu acordo.

1. SAUDAÇÃO AO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, AOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS E AOS SINDICATOS;

Proveniência: Vereadora Sónia Lobo

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com uma abstenção do Vereador Bruno Vitorino, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 346/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo B**”

Vereadora Sônia Lobo – Faz a apresentação do documento e salienta que a sete de outubro o Tribunal Constitucional, declarou inconstitucional a norma de ser o Governo a assinar os ACEP.

Realça que esta saudação faz ainda mais sentido por considerarem que era a autonomia do Poder Local que estava a ser posta em causa.

Vereador Luís Ferreira – Considera ser um momento muito importante para todos a questão de se manter o horário laboral de 35 horas/semanais. A diminuição da carga horária foi uma conquista civilizacional.

Desde o primeiro momento o Partido socialista acompanhou o senhor Presidente da Câmara nesta posição sobre esta matéria, por lhes parecer inteiramente justa.

Esta vitória que os sindicatos conseguiram, deve estender-se a outro setores da administração pública e seria bom que em termos futuros, os trabalhadores do setor privado pudessem gozar desta diminuição da carga horária.

2. TOMADA DE POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO SOBRE O PROBLEMA NA COBERTURA DA ESCOLA ALFREDO DA SILVA;

Proveniência: Vereadora Regina Janeiro

A Câmara Municipal aprovou por **MAIORIA**, com um voto contra do Vereador Bruno Vitorino, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 347/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo C**”

Vereadora Regina Janeiro – Faz a apresentação do documento e realça que dada a gravidade da situação a câmara tem que tomar uma posição face aos acontecimentos na escola Alfredo da Silva, onde foram feitas obras sem que tenham sido dadas as garantias de que estariam em condições de receber, os seus utentes, nomeadamente, alunos, professores e outros funcionários. O resultado foi que em nove meses assistiram a que por três vezes caíssem placas do telhado.

Procurou redigir um documento que descrevesse o que aconteceu e que não fosse motivo de discórdia política para que pudesse ser aprovado por unanimidade.

Vereador Marcelo Moniz – O partido Socialista está solidário com esta proposta de tomada de posição da Vereadora Regina Janeiro.

Reiteram a preocupação pelas consequências do encerramento da Escola Alfredo da Silva, quer no que respeita à atividade académica dos alunos quer pelas questões sociais. Sabem que muitas destas crianças a única refeição que fazem, é quando vão à escola.

Sugere que a Vereadora inclua na tomada de posição o reconhecimento do empenho dos órgãos de gestão nomeadamente o do conselho diretivo para que se resolva esta situação.

A grande fragilidade da garantia técnica da obra ou seja a passagem da responsabilidade para a Escola Alfredo da Silva e para o seu Conselho Diretivo de acompanhar tecnicamente esta obra.

Vereador Bruno Vitorino – Vai votar contra esta Tomada de Posição. Fica espantado como é que no século em que vivem ainda consigam por as questões partidárias à frente do interesse dos alunos. E explica que a escola tem condições naquele momento para estar a funcionar. As aulas podiam estar a ser dadas porque a área que está a ser intervencionada a que apresenta problemas, não tem nada a ver com a área que foi proposta pela escola para serem dadas as aulas. Mas mesmo assim o Conselho Geral, entendeu que a escola devia fechar, só para servir propostos e politizar o assunto.

Presidente – Teve oportunidade de falar com a senhora Diretora e manifestou a sua preocupação com o que se estava a passar e a necessidade de se criarem condições para que a escola abrisse, mas que a câmara não se imiscuía na gestão da escola.

Esta é uma questão de princípio, quem gere a escola é a sua direção e o ministério. Outra coisa é a câmara não abdicar da exigência de que aquela escola, neste caso concreto tenha as condições de funcionamento e funcione.

A questão central é que a escola tem que abrir mas com as condições de segurança necessárias.

Uma segunda questão, é que se põe na posição dos pais e na posição da diretora da escola e sinceramente, compreende as suas decisões.

Depois do telhado ter voado por três vezes, compreende que a diretora não queira reabrir a escola sem ter um documento que garanta que a escola está em condições de funcionar.

A instituição câmara não pode meter-se na gestão das coisas que não são da sua responsabilidade. A escola é autónoma e tem uma tutela.

Disponibilizou-se a câmara para ajudar no que fosse necessário, inclusive para avançar com dinheiro que lhe seria devolvido mais tarde.

Vereador Luís Ferreira – Não lhe parece que as preocupações relacionadas com este problema de segurança dos jovens e dos trabalhadores, seja ideológica.

Recorda um acidente que ocorreu na década de oitenta numa escola e que deixou sequelas naqueles jovens para a vida toda. Tem tido sorte com o que se tem passado na Escola Alfredo da Silva, mas a sucessão destes episódios levanta-lhe enormes preocupações.

Quer perceber porque a escola reabriu depois do 1º incidente do início de outubro e se nessa altura estavam assegurados os procedimentos de segurança.

Pelas palavras do senhor Presidente havia a falta de uma certificação externa e a câmara ai andou bem porque até se ofereceu para cobrir alguma insuficiência de verba que pudesse existir.

Do ponto de vista da Proteção Civil, gostaria de saber se foi auscultada e se de alguma forma garantiu a segurança tanto da obra realizada como da própria segurança do edifício.

Por outro lado saber quanto à avaliação que é feita sobre o que aconteceu no passado sábado, com o levantamento de outra cobertura e saber em que estado se encontra as obras de recuperação.

Uma questão que tem que ser ressalvada é que da parte dos docentes existe toda a disponibilidade para recuperar o tempo letivo que as crianças perderam, por causa destas interrupções. Este comportamento é importantíssimo na defesa da escola pública.

Há aqui uma reflexão mais ampla que têm que ter é de que é necessária ser feita, uma intervenção de fundo em toda a Escola Alfredo da Silva

Vereadora Regina Janeiro – Procurou com este documento ser o mais objetiva possível, mas diz que as questões da educação são ideológicas.

Faz uma síntese de todos os acontecimentos, desde a norma que saiu e que proíbe os telhados de fibrocimento nas escolas até à data em que a diretora decide fechar a escola. Informa que o conselho Geral da Escola Alfredo da Silva é composto por 23 pessoas e que por isso não acha possível que se insinue que estas 23 pessoas que tomaram uma posição por unanimidade de que a escola não poderia abrir por não estarem garantidas as condições de segurança, o tivessem feito com o intuito de prejudicar as crianças.

Há uma parte do telhado que ainda não caiu mas que foi colocado pela mesma empresa que entretanto terá declarado insolvência.

O que pedem com esta tomada de posição é que sejam feitas as obras e que a escola reabra rapidamente e em condições de segurança.

Pergunta se algum dos eleitos pela população do Barreiro, consegue assegurar que a escola oferece as condições de segurança, para que os miúdos regressem à escola.

Diz ao Vereador Marcelo Moniz que concorda com a alteração proposta pelo Partido Socialista.

Vereador Bruno Vitorino – Diz que é muita demagogia para um tema tão importante. Hoje a escola está fechada para os alunos mas está cheia de professores e de funcionários. Porque o edifício principal continua a funcionar, o que caiu foi o telhado de zonas adjacentes. Estão a falar de zonas distintas. O edifício principal não tem problemas.

Claro que numa primeira fase é óbvio que a direção tenha decidido fechar a escola, enquanto não tivessem garantias por parte do Ministério de que faria a obra rapidamente, que assumiria os custos e que nessa altura estariam garantidas as condições de segurança.

Consegue identificar-se com parte do que disse o Presidente da câmara, mas isso não foi o que disse a Vereadora Regina nem o que está escrito na tomada de Posição.

Diz que a preocupação que tem é ideológica de tentarem perceber de quem é a responsabilidade e que a sua é a de saber se estão hoje em dia reunidas as condições para se abrir a escola e para os miúdos regressarem às aulas.

O senhor presidente diz que a câmara não se imiscui nas questões da escola mas é membro do Conselho Geral logo tem uma participação ativa neste conselho.

Se a escola não tinha capacidade de acompanhar tecnicamente a obra, podiam ter pedido ajuda à Câmara.

O ministério pagou a obra e estava a tentar resolver o problema das telhas de fibrocimento da E.S.A.S..

Se a escola não tinha capacidade técnica não devia de ter aceite, recusava-se a fazer a obra.

É inacreditável e inadmissível que se utilizem as crianças de uma escola, só com o objetivo de denegrir o ministério.

Vereadora Sofia Martins – Não consegue afirmar, porque não tem a capacidade técnica para avaliar se a escola pode ou não estar aberta.

Se a escola está fechada é pela decisão da sua diretora com o acompanhamento de perto destas matérias pelo Ministério da Educação.

Esta é uma matéria que não diz respeito à Câmara Municipal do Barreiro.

Quando o Serviço de Proteção Civil foi chamado a avaliar a queda da cobertura no dia 5 de outubro, a recomendação que fez foi de que a estrutura da cobertura apresentava instabilidade.

A aferição técnica da obra deveria ter sido feita por parte do Ministério que até tem um corpo técnico muito maior do que o da câmara do Barreiro.

Na sua opinião o Ministério da Educação deveria ter atuado o mais rapidamente possível.

Vereador Luís Ferreira – Se tivessem no lugar dos órgãos de gestão desta escola, teriam todos sem exceção reservas e dúvidas no assumir da responsabilidade de reabertura da escola.

Não percebe a enorme segurança por parte do Vereador Bruno Vitorino em relação às áreas que não estando circunscritas à circulação para que possa assegurar que para ai o vento não leve as placas. Têm que ter um princípio de cautela.

Vereadora Regina Janeiro – A posição pública sobre a matéria por parte do Ministério e da DGES, não existe. Não quiseram até agora reunir, nem com a Associação de Estudantes nem com a Associação de Pais, nem com a presidente do Conselho Geral nem com o representante dos trabalhadores desta escola.

Pergunta se a posição do Vereador Bruno Vitorino é a posição oficial sobre a matéria em curso. A diretora decidiu fechar a escola, decidiu abrir e voltou a decidir fechar. A senhora diretora está legitimamente mandatada, fruto da lei, para decidir se a escola abre ou não abre. Se a diretora decidiu que não reunia a escola as condições de segurança para recomeçar as aulas, quem são eles para não respeitar a sua decisão.

Vereador Bruno Vitorino – Todas as zonas da escola vão ser intervencionadas e a obra está em curso, as aulas são dadas no edifício principal, que não tem que ver com as zonas intervencionadas.

Não está a dizer que assim que a obra esteja concluída se deva abrir a escola toda, sem ser feita a vistoria.

O que disse é que há condições para que a obra esteja em curso com as aulas a decorrer no edifício principal.

Presidente – Esclarece que a Proteção Civil interveio, dando um parecer. Esteve sempre presente, mas depois há questões formais que não tem competência para ultrapassar.

O que disse foi que na reunião do conselho Geral, foi dito que não haveria verba para a vistoria e que por esse motivo a câmara se disponibilizou para adiantar essa verba.

Diz a discussão se desviou para uma outra discussão e que sobre esta questão estão todos de acordo que é de que deveria abrir a escola com todas as condições de segurança garantidas.

- ORDEM DO DIA -

1. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE AO GRUPO DESPORTIVO FABRIL DO BARREIRO

Proveniência: DPC – DIVISÃO PROMOÇÃO CULTURAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 348/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo D**”.

2. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 377/2015 – PROCESSO N.º 506/C DO MERCADO ABASTECEDOR DO BARREIRO

Proveniência: DGAG – GABINETE SERVIÇOS URBANOS

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Senhor Presidente, que passou a integrar a **deliberação nº 349/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo E**”.

3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASQUILHOS, RELATIVO AOS ALUNOS DAS SALAS DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DA ESCOLA EB 2/3 QUINTA NOVA DA TELHA

Proveniência: DISE – DIVISÃO INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 350/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo F**”.

- 4 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BARREIRO, RELATIVO AOS ALUNOS DO 3º E 4º ANOS DA EB N.º 3 DO BARREIRO E ÀS 4 TURMAS DE 1º CICLO A FUNCIONAREM NA SEDE DO AGRUPAMENTO;

Proveniência: DISE – DIVISÃO INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Regina Janeiro, que passou a integrar a **deliberação nº 351/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo G**”.

5 ALTERAÇÃO AO “REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTES EM TÁXI”;

Proveniência: DPAM – DIVISÃO PLANEAMENTO, AMBIENTE E MOBILIDADE

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 352/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo H**”.

6 APROVAÇÃO DA “REDE CICLÁVEL DO BARREIRO”;

Proveniência: DPAM – DIVISÃO PLANEAMENTO, AMBIENTE E MOBILIDADE

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 353/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo I**”.

7 ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO CONSELHO LOCAL DE MOBILIDADE;

Proveniência: DPAM – DIVISÃO PLANEAMENTO, AMBIENTE E MOBILIDADE

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Rui Lopo, que passou a integrar a **deliberação nº 354/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo J**”.

8 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA CAFETARIA COM ESPLANADA E DO BAR DO AUDITÓRIO MUNICIPAL AUGUSTO CABRITA, NO PARQUE DA CIDADE;

Proveniência: DGFP – DIVISÃO GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pela Vereadora Sónia Lobo, que passou a integrar a **deliberação nº 355/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo K**”.

9 APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONCURSO “FIGURAS DE NATAL ECOLÓGICAS”.

Proveniência: CEA – CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada subscrita e apresentada pelo Vereador Bruno Vitorino, que passou a integrar a **deliberação nº 356/2015** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo L**”.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Encerrada a ordem de trabalhos, nos termos do disposto no art.º 49º nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, fixou o Sr. Presidente um período de intervenção aberto ao público e convidando – lo a fazerem a sua inscrição.

O eleito da união freguesias de Palhais e Coia - JUVENAL SILVESTRE – Faz referência a um episódio que se passou hoje em Palhais, no qual duas funcionárias técnicas na câmara do Barreiro foram agredidas física e verbalmente por um munícipe no exercício das suas funções. Chamou a GNR que tomou conta da ocorrência e pede que ao senhor Presidente que haja em conformidade.

O munícipe MANUEL FERNANDES - Refere a questão da ligação pedonal entre a Quinta do Torrão e a Quinta das Rebelas, ligação que em termos urbanísticos está prevista ser pedonal mas onde atualmente se faz uma ligação rodoviária. É uma ligação importante num espaço público e que os moradores só o pretendem utilizar a via rodoviária até a rua dos Oceanos estar concluída.

Pensa que a Câmara deve dar prioridade na questão das acessibilidades à ligação da ponte do Barreiro para o Seixal, que será importantíssima, tanto ao nível das sinergias entre os espaços industriais do Barreiro e do Seixal, como no ganhar a variante de Palhais até porque a Almirante Reis está a tornar-se um perigo. E isto já consta do Plano Diretor Municipal vigente.

O munícipe MATIAS – Congratula-se com o acordo entre as esquerdas, que só pecou por tardio.

Foca três pontos relacionados com a Saúde, a cultura e o ensino.

No ensino ouviu recentemente uma notícia de que os nosso jovens com direito a bolsas de estudos, que este direito lhes tem sido retirado de há quatro anos para cá.

Já bastava a quantidade de recém formados que têm sido obrigados a imigrar.

Os professores têm sido punidos por um governo que desconhece a lei.

Na saúde infelizmente já morreram dezenas de milhares de pessoas nos hospitais públicos por falta de assistência.

Refere ainda a avalanche de pessoas refugiadas da guerra.

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -

O Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a presente reunião, pelas dezanove horas e cinquenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar da qual, para constar, se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- APROVAÇÃO DA ATA -

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de exequibilidade imediata.

Para constar e produzir os seus efeitos legais, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião de dezoito de novembro do ano de dois mil e quinze, vai por mim ser assinada, Ana Paula Casimiro Monteiro, Assistente Técnica, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Carlos Humberto de Carvalho.

O Presidente

A Secretária

(Carlos Humberto de Carvalho)

(Ana Paula Monteiro)